Sumário do estudo

PRATO DO DIA: DESIGUALDADES

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL NOS SISTEMAS ALIMENTARES

Coleção Equidade e saúde nos sistemas alimentares | Raça, gênero, classe social e alimentação

FIAN BRASIL

Coleção *Equidade e saúde nos sistemas alimentares*
Raça, gênero, classe social e alimentação

Sumário do estudo

PRATO DO DIA: DESIGUALDADES

RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL NOS SISTEMAS ALIMENTARES

FIAN BRASIL

Setembro, 2023

Sumário do Estudo Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares é uma iniciativa da FIAN Brasil com apoio e financiamento de Global Health Advocacy Incubator (GHAI), Brot für die Welt (Pão para o Mundo – PPM) e Misereor/KZE.

FORMULAÇÃO, REALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO

Autoria
FIAN Brasil, a partir do relatório realizado com com as participações abaixo descritas

Supervisão
Gabriele Carvalho (até abr. 2023)
Mariana Santarelli
Valéria Burity (até fev. 2023)
Nayara Côrtes Rocha

Coordenação
Veruska Prado Alexandre-Weiss

Texto
Veruska Prado Alexandre-Weiss
Rute Costa
Patrícia Mourão

Contribuições
Pedro Rossi
Arthur Welle

Projeto gráfico e diagramação
Patrícia Nardini

Produção editorial
Pedro Biondi

Fotos
Marcelo Camargo/Agência Brasil (capa, p. 6, p. 21)
Marcelo Coutinho/Arq. FIAN Brasil (p. 26, p. 28, p. 34)
Paulo Spínola/Arq. FIAN Brasil (p.19)
Ubirajara Machado/Arq. FIAN Brasil (p. 14)

FINANCIAMENTO E APOIO
Global Health Advocacy Incubator (GHAI)
Brot für die Welt (Pão para o Mundo – PPM)
Misereor/KZE

FIAN Brasil
Gestão 2021-2024

Conselho Diretor
Diretor presidente: Enéias da Rosa
Vice-presidente: Norma Alberto
Diretora financeira: Sonia Costa
Diretora de Articulação: Miriam Balestro
Diretor de Formação: Lucas Prates

Conselho Fiscal
Titulares: Delzi Castro e Suemelberne Alves de Lucena
Suplente: Célia Varela Bezerra

Coordenação Colegiada
Nayara Côrtes Rocha (secretária-geral)
Mariana Santarelli (assessora de Políticas Públicas)
Arlãn Monção (assessor de Gestão)

Secretaria Executiva
Assessores de Direitos Humanos: Adelar Cupsinski e Paula Gabriela
Assessor de Advocacy: Pedro Vasconcelos Rocha
Assessora de Sistemas Alimentares: Ladyane Souza
Assessores de Comunicação: Pedro Biondi e Sílvia Sousa
Assessora técnica financeira: Josiane Antunes
Assessor técnico: Marcelo José

FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
Endereço: SCLN 413, Bloco A, Salas 219/220, Asa Norte, Brasília– DF.
Telefone: (61) 3224-0454
E-mail: fian@fianbrasil.org.br
Site: fianbrasil.org.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Prato do dia [livro eletrônico] : desigualdades : raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares : sumário do estudo. -- Brasília, DF : FIAN Brasil, 2023.
PDF

Bibliografia.
ISBN 978-65-88708-30-9

1. Classes sociais - Brasil 2. Desigualdades sociais 3. Direito à alimentação - Brasil 4. Nutrição - Aspectos sociais.

23-171364 CDD-305.8

Índices para catálogo sistemático:
1. Desigualdades de gênero, raça e etnia : Ciências sociais 305.8

Tábata Alves da Silva - Bibliotecária - CRB-8/9253

Trechos, gráficos e tabelas desta publicação são de livre reprodução, desde que citada a fonte.

A circulação do material integral é liberada e bem-vinda, com preferência para a divulgação do link fianbrasil.org.br/desigualdades.

Para uso de imagens pertencentes a outros/as titulares, consultar diretamente o detentor(a) dos direitos autorais.

COMO CITAR E REFERENCIAR ESTA PUBLICAÇÃO?
SUGESTÃO (PADRÃO ABNT):

Citação:
(FIAN Brasil, 2023)

Referência:
FIAN BRASIL. **Sumário do estudo Prato do dia: desigualdades.** Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. Brasília: FIAN Brasil, 2023. Disponível em: https://fianbrasil.org.br/desigualdades.

APRESENTAÇÃO. 5
PERGUNTA GUIA DO ESTUDO 7
POR QUE REALIZAMOS O ESTUDO? 7
COMO O ESTUDO FOI CONDUZIDO? 7

1. COMO DIFERENTES SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL EXPRESSAM AS DESIGUALDADES, ESPECIALMENTE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL, NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL? 9
1.1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (ABIA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG) E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS (ABRAS). 9
1.2. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN), FEDERAÇÃO NACIONAL DOS NUTRICIONISTAS (FNN), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN), EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO (ENE NUTRIÇÃO) E SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (SBAN) 10
1.3. MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO 11

2. EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES EM TEXTOS CIENTÍFICOS 13

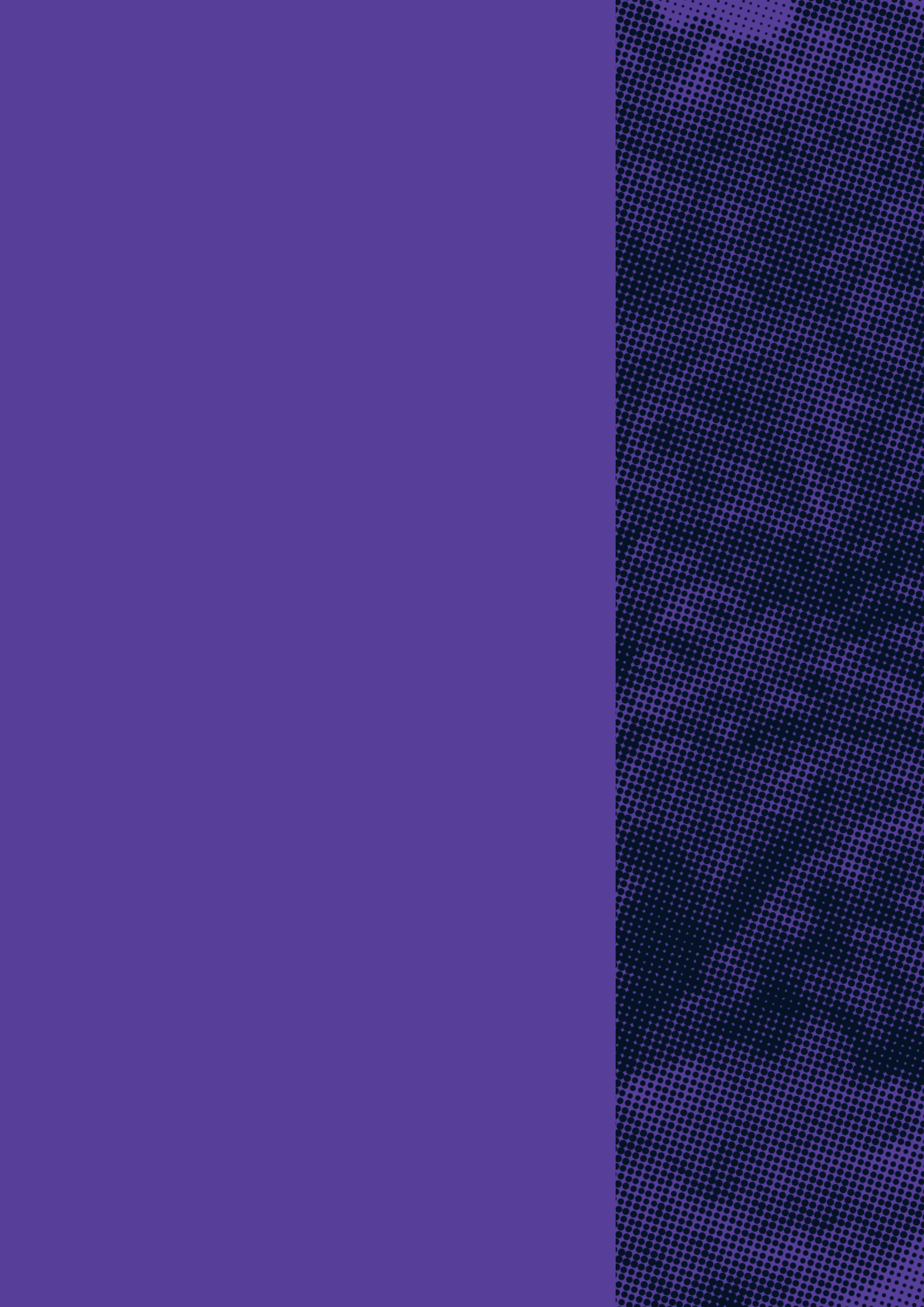
3. EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES E RECOMENDAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS. 16
3.1. OBTENÇÃO DE ALIMENTOS 17
3.2. ACESSO AOS ALIMENTOS: COMPRA, COLETA, CRIAÇÃO E VENDA OU TROCA DE ALIMENTOS NÃO MEDIADAS POR DINHEIRO 19
3.3. TRANSFORMAÇÃO DE ALIMENTOS 20
3.4. CONSUMO DOS ALIMENTOS (NUTRIÇÃO E SAÚDE) 21
3.5. RECONSTRUÇÃO OU REGENERAÇÃO DAS CONDIÇÕES VITAIS E AMBIENTAIS . . 22

4. ANÁLISE GERAL NO CRUZAMENTO DAS CONVERSAS 24

5. UM OLHAR QUANTITATIVO SOBRE DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE 26
5.1. VISÃO GERAL DAS CONDIÇÕES DE VIDA 27
5.2. RECORTE DE CLASSE SOCIAL 28
5.3. RECORTE DE GÊNERO E RAÇA. 29

ANÁLISE: AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DO DHANA 32

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 36



APRESENTAÇÃO

Este sumário traz os principais dados e análises do livro ***Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares***, além de facilitar a imersão na íntegra do seu conteúdo. A publicação compila os resultados de estudo conduzido em 2022 e 2023 por três pesquisadoras, com contribuições de dois pesquisadores, sob supervisão da FIAN Brasil. Um material voltado a acadêmicos/as, jornalistas, sociedade civil e quem mais tiver interesse em entender os fenômenos históricos, sociais e políticos envolvidos.

A investigação mostra como as **iniquidades** (as desigualdades injustas e produzidas pela sociedade) contribuem para as diversas violações do **direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana)** vivenciadas por brasileiros e brasileiras. Lembra que elas marcam, historicamente, os sistemas alimentares e o **processo alimentar**. E reitera que tais violências afetam de forma mais marcante as vidas de pessoas negras, das mulheres, das crianças, dos indígenas, dos povos e comunidades tradicionais (PCTs) e daqueles e daquelas com mais baixa renda familiar.

O estudo se realiza a partir de uma ampla pesquisa do tipo multimétodo, passa por análises quantitativas de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e examina ideias e narrativas oriundas da sociedade civil, de artigos científicos e dos processos participativos nacionais das últimas duas décadas. Um texto da FIAN aborda a realidade investigada sob a perspectiva do Dhana. A publicação sugere, ainda, temas para aprofundamento.

Nossa expectativa é **desnaturalizar** e retirar da invisibilidade os impactos de mecanismos estruturantes como o sexismo, o racismo e o classicismo, de forma a contribuir com sua superação, na perspectiva da construção coletiva e permanente de um Brasil sem injustiças sociais e com direitos humanos plenamente realizados.

PERGUNTA GUIA DO ESTUDO

Como as relações entre desigualdades e iniquidades (especialmente de raça, gênero e classe social) se expressam nos sistemas alimentares e no processo alimentar no Brasil?

POR QUE REALIZAMOS O ESTUDO?

- Porque reconhecemos que as iniquidades e desigualdades de raça, gênero e classe social são importantes marcadores no aumento da fome (Rede Penssan, 2022; Salles-Costa *et al.*, 2023), e de outras manifestações da insegurança alimentar (IA): obesidade, excesso de peso, deficiências de micronutrientes (MS, 2022; IBGE, 2015; UFRJ, 2021; 2022), bem como nas demais etapas do processo alimentar;
- Porque desejamos ampliar a capacidade de incidência sobre as ações e políticas públicas voltadas para a realização do **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**, a partir da compreensão de que é insuficiente o reconhecimento e o conhecimento sobre as formas como as desigualdades e iniquidades se expressam nos sistemas alimentares.

A íntegra deste estudo, bem como a publicação complementar "Notas metodológicas", podem ser acessadas no link

https://fianbrasil.org.br/desigualdades

COMO O ESTUDO FOI CONDUZIDO?

Realizamos um estudo do tipo multimétodo de base exploratória sequencial com adoção de abordagem de análise qualiquantitativa (Paranhos *et al.*, 2016), entre agosto e dezembro de 2022. Na pesquisa foram adotadas distintas fontes de dados, como: questionários eletrônicos, documentos textuais públicos publicados entre janeiro de 2018 e julho de 2022, artigos científicos indexados publicados entre janeiro de 2018 e outubro de 2022, bases de dados sobre desigualdades

sociais relacionadas às ações do processo alimentar, oficinas de debate e sistematização de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF).

Nossos objetos de pesquisa foram:

- Verificar como as desigualdades e iniquidades de gênero, raça e classe emergem dos dados coletados na POF 2017-2018.
- Identificar, sistematizar e analisar as convergências, as lacunas, as sobreposições e as disputas de narrativas relacionadas ao tema "desigualdades, iniquidades e sistemas alimentares no Brasil", expressas em documentos públicos.
- Descrever desafios e oportunidades relacionados à superação das desigualdades e iniquidades sociais, em especial de raça, gênero e classe social, no contexto do processo alimentar.

1.

COMO DIFERENTES SEGMENTOS DA SOCIEDADE CIVIL EXPRESSAM AS DESIGUALDADES, ESPECIALMENTE DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE SOCIAL, NO PROCESSO ALIMENTAR NO BRASIL?

No agrupamento da **SOCIEDADE CIVIL** foram inseridos posicionamentos e/ou textos informativos assinados por organizações ou instituições vinculadas ao setor privado de caráter comercial, associações profissionais e movimentos sociais. Trata-se de um conjunto diverso de organizações, as quais, mesmo que com atuações antagônicas do ponto de vista de enfoques, compartilham formas comuns de incidência no debate e ação pública relacionados à alimentação.

Pela amplitude de estratégias adotadas para a incidência política (estratégias científicas, associadas ao sistema político brasileiro e de mobilização de integrantes e da sociedade em geral), destacam-se a Associação Brasileira da Indústria de Alimentos (Abia) e o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN). Destaque deve ser dado ao papel do CFN como agente político com atuação em diferentes frentes, caracterizando essa instituição como um ator estratégico para contrapor visões apresentadas pelas indústrias alimentícias e pela agricultura corporativa.

1.1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DA INDÚSTRIA DE ALIMENTOS (ABIA), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DO AGRONEGÓCIO (ABAG) E ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SUPERMERCADOS (ABRAS)

O debate sobre desigualdades de gênero estava presente nos documentos e declarações das associações vinculadas ao setor privado de caráter comercial do campo da alimentação. Já o de raça, não. O debate sobre classe social é abordado de forma restrita e a partir da perspectiva de que é na dimensão do

esforço individual, do empreendedorismo e da meritocracia que a "igualdade" se constrói. Inclusive como ferramenta de superação dos desafios vivenciados pelas mulheres.

Destaca-se a narrativa de que uma nutrição adequada e um corpo saudável estão associados ao direito de escolha dos consumidores. A decisão individual e autônoma sobre quais alimentos consumir e o acesso facilitado aos alimentos, por meio de redes de supermercados, são aspectos que influenciam a adequada alimentação e na saúde. Desconsidera-se a dimensão de desigualdade no acesso à alimentação. Não há referência sobre a heterogeneidade socioeducacional e financeira da população brasileira, os aspectos de distribuição dos estabelecimentos comerciais de alimentos, os altos preços praticados para produtos *in natura*/minimamente processados, as desigualdades que negros e negras, que mulheres e pessoas em situação de vulnerabilidade socioeconômica enfrentam para acessar os alimentos e uma alimentação que promova a saúde e bem-viver.

1.2. CONSELHO FEDERAL DE NUTRICIONISTAS (CFN), FEDERAÇÃO NACIONAL DOS NUTRICIONISTAS (FNN), ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NUTRIÇÃO (ASBRAN), EXECUTIVA NACIONAL DE ESTUDANTES DE NUTRIÇÃO (ENE NUTRIÇÃO) E SOCIEDADE BRASILEIRA DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO (SBAN)

Apesar da forte atuação de denúncia e incidência sobre a agenda pública da segurança alimentar e nutricional (SAN) e do Dhana, por parte da maioria dessas entidades, ainda é superficial o tratamento sobre as desigualdades. O termo "desigualdade" aparece, sobretudo, no contexto de denúncias diante do aumento da fome (Asbran e CFN), de lutas por garantia de direitos trabalhistas (FNN) ou, de forma breve, em debates sobre formação profissional do nutricionista (CFN e ENE Nutrição). Alguns desses documentos detalham aspectos de desigualdade associados à renda e ao gênero, mas não há referência às iniquidades raciais. No tocante à renda, a condição de desigualdade tende a ser reportada para ressaltar problemas alimentares e nutricionais associados ao acesso financeiro aos alimentos. Gênero é uma abordagem mais frequentemente destacada nos textos, porém limitada à perspectiva do sexo (mulher e homem), tendendo a uma generalização, mesmo quando inserida nos espaços de apresentação de propostas de ação.

A Sban, incluída neste agrupamento por também conter, em seu corpo de associados, nutricionistas e profissionais que atuam com o tema da alimentação e da

nutrição, se diferencia das demais entidades analisadas neste bloco. Nos documentos da Sban, não há menção à palavra “desigualdade” ou a termos correlatos (iniquidades, equidade, gênero, raça/cor, classe, renda). Há uma aproximação com as narrativas das associações vinculadas ao setor privado de caráter comercial no que se refere aos debates sobre modificações da rotulagem nutricional, baseado na ideia de que consumidores escolhem de acordo com suas necessidades, e que estes “sabem escolher”, devendo ter o direito de assim proceder sem interferências e alertas desnecessários e alarmistas, por exemplo, nos rótulos dos alimentos.

1.3. MOVIMENTOS E ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DO CAMPO

Fizeram parte deste agrupamento: Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), Via Campesina Brasil, Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), Movimento da Mulher Trabalhadora Rural (MMTR), Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil (Contraf) e Marcha das Margaridas.

A análise de documentos atuais e manifestações de dirigentes no debate público recente indica que as questões relacionadas a SAN e soberania alimentar estão na centralidade das pautas dos movimentos sociais do campo, de forma associada ao debate estrutural das desigualdades e iniquidades. Os documentos registram reflexões que (1) relacionam o modelo de produção do agronegócio às desigualdades enfrentadas pelos povos e comunidades tradicionais (PCTs) que vivem nas áreas rurais; (2) enfatizam o fortalecimento e necessidade de (re)valorizar a produção de alimentos por meio da agricultura familiar e dos PCTs como estratégia de enfrentamento às desigualdades; (3) reafirmam o papel do Estado no desenvolvimento de sistemas agroalimentares baseados na sustentabilidade e na justiça social.

Os movimentos chamam atenção para o fato que as desigualdades (sociais, de gênero e raça), que restringem o acesso da população mais vulnerável aos alimentos e aos meios para produzi-los, vêm sendo aprofundadas pela crise do capitalismo, pela recente crise sanitária promovida pela pandemia da Covid-19 e pela política econômica implementada pela gestão federal de 2019-2022 (governo Bolsonaro). Esses fenômenos ampliam as diferenças sociais ao empurrar uma grande parcela da população para a condição de pobreza extrema, cujos limites

de acesso à renda e a serviços públicos de assistência restringem ainda mais a realização dos direitos humanos, incluindo o Dhana.

MST, MPA, MMC, Via Campesina e Marcha das Margaridas comungam da perspectiva de que as desigualdades sociais têm origem na estrutura produtiva fortalecida pela prática hegemônica do agronegócio, cuja base é a concentração de terras, de riqueza e de renda e a mercantilização dos produtos do campo, das águas e da floresta, delimitando uma divisão de classes também no meio rural. Alguns desses movimentos consideram que o referido ciclo de reprodução de desigualdades acompanha a história do Brasil desde a colonização, a partir do fomento de um Estado que é legitimador do roubo de terras de indígenas, povos e comunidades tradicionais.

Os movimentos sociais fazem forte associação da fome ao modelo hegemônico do agronegócio. Reconhecem que os fenômenos vinculados à insegurança alimentar, especialmente à fome, estão associados às dimensões de gênero, classe e raça, afetando especialmente as mulheres negras e pobres, povos indígenas, as comunidades tradicionais e os sem-terra. Consideram que o avanço da fome e da IA não pode ser justificados pela falta de alimentos, já que há uma produção interna e mundial suficiente para alimentar a todos e todas. Trata-se de um fenômeno resultante da iniquidade de acesso aos alimentos.

Grande parte desses movimentos sociais reconhece também que os sistemas agroalimentares, atrelados ao modelo hegemônico do agronegócio, voltado à exportação, têm forte conexão com o consumo exacerbado de produtos industrializados e ultraprocessados, sendo, portanto, danosos à saúde, à SAN e ao meio ambiente.

As mulheres dos movimentos sociais do campo têm importante papel nas narrativas que mostram a inter-relação entre o patriarcado, o racismo e o capitalismo, considerados sistemas estruturantes das desigualdades na sociedade brasileira. Denunciam que a fome afeta mais mulheres negras e pobres. As mulheres da Marcha das Margaridas defendem o feminismo anticapitalista, antirracista e antipatriarcal como estratégia para superar as desigualdades de gênero, raça e classe social. As mulheres do MPA defendem a afirmação de um feminismo camponês no meio rural. As mulheres do campo agroecológico consideram que a associação entre feminismo e agroecologia é uma forma de construção da igualdade, a partir do reconhecimento do trabalho das mulheres e da contribuição delas para o desenvolvimento produtivo e econômico dos sistemas alimentares.

2.

EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES EM TEXTOS CIENTÍFICOS

No agrupamento de textos **CIENTÍFICOS** foram analisados 34 artigos publicados entre janeiro de 2018 e outubro de 2022. A busca foi realizada na base de dados da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), a partir da aplicação de descritores em ciência da saúde (DeCS) e das combinações: sistemas alimentares e desigualdades de raça, gênero e classe. No documento "Notas metodológicas" (fianbrasil.org.br/notasmetod) pode-se consultar o detalhamento da metodologia adotada.

Chama atenção a ausência de resultados para a combinação de descritores que visavam a identificação de trabalhos que versavam sobre "sistemas alimentares" e "raça/cor". Raça ou cor da pele não foram termos adotados pelos estudos como palavras-chaves/descritores, mas estiveram presentes enquanto temas e palavras no corpo dos artigos analisados neste estudo. Somente em três artigos foi encontrada a descrição da relação entre a insegurança alimentar e a raça. Nestes, as pessoas negras foram identificadas como as que apresentam maior frequência de situações de IA, quando comparado com outros grupos populacionais. Outros estudos reconheceram a relação das desigualdades de raça e/ou gênero com as manifestações da IA, mas não chegaram a apresentar análises que permitissem a compreensão sobre quais mecanismos sociais operam para aumentar a ocorrência da IA entre mulheres e pessoas da raça negra.

Recomendações para o campo científico:

A partir do olhar sobre o conjunto dos textos científicos é possível concluir que os dados de raça/cor são comumente apresentados como uma das características de descrição do perfil do público estudado, e não como um enfoque central de análise. São mais recorrentemente acionados como elementos de explicação para resultados de SAN desfavoráveis entre pessoas de baixa renda, negras ou mulheres. Desta forma os estudos acadêmicos acabam por contribuir com a

invisibilidade das questões raciais e das experiências de discriminação, sendo também limitados em sua capacidade de apresentar potenciais contribuições voltadas à superação das iniquidades.

Recomenda-se que os estudos deem enfoque ao racismo, ao classicismo e ao sexismo na determinação das condições de vulnerabilidade. Agindo de forma contrária a essa premissa, pode-se fortalecer a ideia que ser negro/a e/ou ser mulher são determinantes, por exemplo, da insegurança alimentar. Na realidade, são o racismo e as iniquidades de gênero e raça que imperam na vida dos indivíduos trazendo camadas a mais de obstáculos para a superação de condições de vida e alimentares desfavoráveis e injustas.

Recomenda-se também a busca por um esforço analítico sobre os motivos que fazem com que pessoas brancas se beneficiem mais diretamente das ações e estratégias de promoção da SAN e de realização do Dhana, num país fundado no racismo. É importante que os estudos deem mais visibilidade aos privilégios raciais da branquitude, racializar as pessoas brancas e dar nome aos processos que lhes conferem vantagens sociais.

Apontamos como caminho a perspectiva de maior formação dos pesquisadores e pesquisadoras sobre o tema do racismo e das iniquidades de gênero na determinação social da SAN e nas etapas do processo alimentar, como forma de superar a restrita compreensão de raça e gênero como camadas descritivas que influenciam e explicam os números.

Algumas recomendações de políticas públicas, expressas nos textos analisados:

- Considerar as dinâmicas e interações existentes entre o racismo, o sexismo e a questão de classe social, como intersecção que potencializam as vulnerabilidades sociais, favorecendo assim a superação do modo universal de formulação e proposição de ações políticas que desconsideram as experiências e os desafios vivenciados por sujeitos e sujeitas expostos às discriminações sistemáticas;
- Investir em políticas de melhoria do ambiente alimentar em torno das famílias usuárias dos programas de transferência de renda, como a descentralização de espaços de comercialização de alimentos saudáveis, alcançando as áreas mais periféricas;
- Incorporar a perspectiva da equidade e do enfrentamento das desigualdades de acesso no desenho das políticas, com prioridade aos povos indígenas, comunidades tradicionais e população negra;
- Frear o avanço do agronegócio em territórios indígenas, o que tem causado a contaminação por agrotóxico das águas, alimento e solo, adoecendo e fragilizando a cultura alimentar tradicional.

3.

EXPRESSÕES DAS DESIGUALDADES E RECOMENDAÇÕES DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Nos relatórios das 15 conferências e encontros nacionais analisados, realizadas entre os anos 2009 e 2021, identificados como pertencentes ao agrupamento **PARTICIPAÇÃO SOCIAL**, verificamos que foram pouco adotados os termos específicos “sistemas alimentares” e “processo alimentar”, ou ainda “desigualdades nos sistemas alimentares”. Entretanto, foram termos recorrentes “segurança alimentar e nutricional (SAN)”, “agroecologia”, “agricultura familiar” e “desenvolvimento rural”. As contribuições para esta análise foram mais frequentemente obtidas nos documentos das conferências de desenvolvimento rural, de SAN, de aquicultura e pesca, de economia solidária, saúde, promoção da igualdade racial, assistência técnica, saúde indígena e mulheres rurais, e no encontro de agroecologia. As conferências de políticas para mulheres, LGBTI+ e assistência social parecem não ter dedicado espaço para debater esses temas. A 5ª Conferência Nacional de SAN foi a que mais deu destaque ao debate sobre desigualdade e iniquidades nos “sistemas alimentares”, com citações e propostas associadas à promoção da igualdade de gênero e raça.

A referência às mulheres foi verificada em todos os documentos analisados, conferindo visibilidade ao segmento e contribuindo para uma maior reflexão sobre igualdade e direitos. Há um avanço em relação à incorporação da perspectiva de gênero ao debate, porém os registros não são claros o suficiente para afirmar que há uma problematização das relações de poder entre mulheres e homens que estruturam nossa sociedade.

A perspectiva racial foi incorporada aos debates de uma parcela pequena das conferências analisadas. Verificamos o reconhecimento de que o racismo insti-

tucional precisa ser enfrentado pelo poder público, especialmente no combate à pobreza e à extrema pobreza, condição que afeta grande parte da população negra. O conceito de etnodesenvolvimento foi afirmado como essencial para promover/resguardar o modo de vida específico dos povos e comunidades tradicionais. Contudo, verificamos que predomina ainda a invisibilidade da identidade negra nos registros das conferências, o que se constata pela ausência dos termos "negros"/"negras" e "pretos"/"pretas" na maior parte dos documentos.

O mapeamento nos permitiu identificar 342 propostas oriundas de encontros ou conferências nacionais. Apenas 14 propostas (4% do total) apresentavam referência direta ao termo "desigualdades" ou "iniquidades". A referência a tais termos, nas 14 vezes em que foram citados, estavam relacionadas aos termos "étnico", "raça", "gênero", "geracional", "sexual" e "social", seguindo essa ordem decrescente de citações. Cabe destacar que, no conjunto de propostas das conferências, encontramos 23 citações (6,7%) associadas a afirmação/defesa da igualdade ou equidade, estando estas em maior frequência relacionadas às palavras "étnico", "raça", "gênero" e, em menor, às palavras "geracional", "social" e "sexual".

Encontramos 246 propostas relacionadas às cinco diferentes etapas do processo alimentar: i) obtenção de alimentos, ii) acesso aos alimentos, iii) transformação dos alimentos, iv) consumo dos alimentos e v) regeneração das condições vitais e ambientais. Destas, 42% tratavam de temas associados às etapas de obtenção e acesso aos alimentos.

3.1. OBTENÇÃO DE ALIMENTOS

Acesso das pessoas aos meios de produção, como terra, água e recursos naturais, recursos financeiros e conhecimentos técnicos.

No processo das conferência nacionais, marcam o debate sobre as iniquidades nesta etapa do processo alimentar:

- Existência de dois grandes grupos de sistemas alimentares. Os hegemônicos, associados a produção patronal, tipo de cultivo (*commodities*), extensão territorial e princípios aplicados no processo de produção (abordagem de cultivo, relações de trabalho etc.) e a pesca industrial; e os contra-hegemônicos, associados a conhecimentos tradicionais, dinâmicas agroecológicas, solidárias, promotoras da justiça social e desenvolvimento sustentável, a partir de perspectivas que integram natureza, território e gente;

- Manutenção e acirramento das iniquidades em função do poder exercido pelos que dominam o modelo de produção patronal, tanto no campo das ideias quanto do poder político (por influência sobre políticos e instituições governamentais);
- Iniquidades no acesso à terra e no direito ao território, relacionadas à concentração fundiária pelo agronegócio e à sistemática invasão e grilagem de terras e territórios tradicionais;
- Desigualdade na distribuição dos investimentos públicos, mais voltados à produção de *commodities,* em detrimento do fomento a sistemas produtivos de alimentos saudáveis, como os sistemas agroecológicos;
- Acesso desigual às políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar (crédito, seguro agrícola e assistência técnica e extensão rural – Ater –, entre outros), por parte de mulheres, jovens, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO DERIVADAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS (SISTEMATIZAÇÃO)

- Realizar a reforma agrária, assegurando instrumentos de garantia da titularidade da propriedade pelas mulheres;

- Assegurar o direito ao território de comunidades quilombolas e comunidades negras urbanas, reconhecendo-as como patrimônio material e imaterial e como território de interesse social e ambiental dos povos tradicionais de matriz africana e povos de terreiro;

- Ampliar o acesso da população negra, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais às políticas públicas, a partir do fortalecimento e ampliação da participação desses grupos, respeitando e reconhecendo seus sistemas de produção tradicionais, modos de vida e culturas alimentares como estratégias de promoção da sustentabilidade e geração de renda;

- Proteger e promover a sociobiodiversidade, por meio do reconhecimento das mulheres negras, quilombolas, indígenas, camponesas e agricultoras como guardiãs das sementes crioulas e da biodiversidade;

- Democratizar o acesso à Ater e ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), dentre outras políticas voltadas ao for-

talecimento da agricultura familiar, adequando-as aos saberes culturais dos povos e comunidades tradicionais, e buscando a superação de obstáculos para o acesso por parte de mulheres, jovens rurais, povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais;

- Simplificar o acesso ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF, que substituiu a Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP) para povos indígenas e comunidades tradicionais;

- Fomentar iniciativas de auto-organização das mulheres e o fortalecimento de suas redes e organizações e de sua atuação em espaços de decisão e exercício do poder político;

- Promover a diversificação de culturas agrícolas das comunidades tradicionais;

- Ampliar políticas públicas voltadas para a juventude do campo.

3.2. ACESSO AOS ALIMENTOS: COMPRA, COLETA, CRIAÇÃO E VENDA OU TROCA DE ALIMENTOS NÃO MEDIADAS POR DINHEIRO

No processo das conferências nacionais, marcam o debate sobre as iniquidades nesta etapa do processo alimentar:

- Aumento exponencial da distância entre produtores de alimentos e consumidores;
- Aumento do preço dos alimentos;
- Informalidade dos empreendimentos econômicos como barreira econômica, social e de acesso a políticas públicas, em especial para mulheres, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais.

PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO DERIVADAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS (SISTEMATIZAÇÃO)

- Ampliar o acesso de mulheres, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais à aquisição de alimentos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) e do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assegurando a valorização e a proteção de aspectos culturais e ambientais associados à produção e ao processamento de alimentos;
- Realizar diagnóstico sobre os desafios e oportunidades enfrentados pela população negra, pelos assentados da reforma agrária, povos indígenas, quilombolas e demais PCTs no acesso aos mercados institucionais;
- Criar e consolidar mecanismos de promoção da igualdade racial e de gênero nos programas de aquisição de alimentos;
- Aperfeiçoar e cumprir a legislação de cooperativismo e associativismo contemplando a diversidade de arranjos existentes e construídos pelas comunidades e povos tradicionais.

3.3. TRANSFORMAÇÃO DE ALIMENTOS

Processos de preparo, beneficiamento e modificação dos alimentos antes do seu consumo, no nível doméstico ou industrial.

No processo das conferências nacionais, marcam o debate sobre as iniquidades nesta etapa do processo alimentar:

- Desigualdade no acesso à instrumentos de apoio ao processo de agroindustrialização de alimentos no âmbito da agricultura familiar e da pesca artesanal;
- Inadequação da legislação tributária, fiscal, sanitária e ambiental para a realidade das agroindústrias familiares;
- Informalidade dos empreendimentos de beneficiamento do pescado, especialmente o das mulheres, e ausência de infraestruturas adequadas para a garantia da qualidade sanitária e de saúde das trabalhadoras.

PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO DERIVADAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS (SISTEMATIZAÇÃO)

- Ampliar e diversificar o acesso aos programas de fomento à agroindústria, com ênfase na garantia de acesso pelas mulheres e no fortalecimento do processamento de alimentos oriundos de formas tradicionais e artesanais de cultivo e produção;

- Valorizar os saberes, fazeres e práticas de resistência dos povos indígenas, quilombolas e outras PCTs, população negra, ciganos e comunidades de matriz africana no processamento dos alimentos.

3.4. CONSUMO DOS ALIMENTOS (NUTRIÇÃO E SAÚDE)

Consumo, uso ou aproveitamento biológico dos alimentos, influenciando o estado de nutrição e saúde geral dos indivíduos.

No processo das conferências nacionais, marcam o debate sobre as iniquidades nesta etapa do processo alimentar:

- Prevalência da fome entre as pessoas de mais baixa renda, as mulheres e a população negra;
- Redução no consumo de alimentos *in natura* e minimamente processados e aumento do consumo de ultraprocessados;
- Urbanização e modo de vida das cidades;
- Influência da publicidade e propaganda aplicada a grupos de produtos com perfil nutricional inadequado.

PROPOSTAS DE ENFRENTAMENTO DERIVADAS DAS CONFERÊNCIAS NACIONAIS (SISTEMATIZAÇÃO)

- Garantir que a alimentação escolar respeite e valorize as tradições culturais alimentares relacionadas aos alimentos, realizando formação de cozinheiras e nutricionistas;
- Ampliar a oferta de alimentos orgânicos ou agroecológicos nas escolas;
- Incentivar o consumo de pescado artesanal;
- Promover a alimentação adequada e saudável considerando os condicionantes e fatores sociais relacionados às escolhas alimentares, buscando assim construir compreensão ampla sobre os determinantes da alimentação, evitando culpabilizar as pessoas;
- Realizar ações de saúde, especialmente entre a juventude, que abordem a alimentação para além do binômio saúde-doença, que discutam determinantes da alimentação adequada e insegurança alimentar, padrões de beleza, estigmas, gordofobia, doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e outras questões hoje "invisíveis" que se relacionam aos sistemas alimentares.

3.5. RECONSTRUÇÃO OU REGENERAÇÃO DAS CONDIÇÕES VITAIS E AMBIENTAIS

A abordagem de processo alimentar nos chama a compreender os elementos associados aos atos de alimentar e nutrir numa perspectiva cíclica e que ultrapassa a ideia de uma sequência cronológica e rígida de compreensão sobre o acesso/consumo dos alimentos. Nesta etapa incluímos propostas relacionadas à superação das desigualdades e enfrentamento do racismo institucional nos espaços de participação social e governança das políticas públicas.

Propostas de enfrentamento derivadas das conferências nacionais (sistematização)

- Ampliar a participação popular, especialmente de mulheres, população negra, povos indígenas e povos e comunidades tradicionais, nos espaços

de controle e participação social, especialmente nos Conseas (nacional, estaduais e municipais);

- Oportunizar espaços de governança sobre políticas e ações públicas voltadas à população negra e outros povos e comunidades, pautado na escuta e na participação ativa e efetiva das pessoas nos processos de tomada de decisões. Chama-se atenção para a necessidade de as políticas e ações públicas serem planejadas, executadas, avaliadas e revistas com as pessoas e não simplesmente para as pessoas, permitindo assim construir um ambiente de governança pública que busca superar o racismo estrutural;
- Oportunizar espaços públicos e de mobilização em torno do tema do racismo institucional, iniciando pelos Conseas (nacional, estaduais e municipais), para discutir o racismo institucional que sofrem a população negra, quilombolas, indígenase PCTs na relação com o Estado brasileiro;
- Apoiar a institucionalização de estruturas específicas de apoio e fortalecimento da participação das mulheres na sociedade;
- Garantir e ampliar recursos para ações de combate à discriminação por raça, sexo e orientação sexual;
- Garantir orçamento e estruturação dos órgãos responsáveis pela regulamentação do acesso à terra e aos territórios indígenas e quilombolas, da população negra, de povos de matriz africana, povos ciganos e demais povos e comunidades tradicionais;
- Demarcar e proteger territórios indígenas e de PCTs de forma a proteger suas maneiras de viver (que incluem processo alimentar diverso, regenerador da natureza, da vida e das culturas);
- Formar redes de diálogos sobre SAN, instrumentalizadas para difundir o direito humano à alimentação adequada (DHAA) e a SAN para a sociedade em geral, enfatizando os povos indígenas, populações negras, povos e comunidades tradicionais, mulheres, população em situação de rua e pessoas em privação de liberdade.

4.

ANÁLISE GERAL NO CRUZAMENTO DAS CONVERSAS

Os resultados da análise de conteúdo aqui descritos e das contribuições advindas da oficina de debate inicial do projeto nos indicam a necessidade de pautar também parceiros do campo da exigibilidade e lutas pela efetivação do Dhana na superação de formas generalistas e pouco expressivas sobre as desigualdades e iniquidades que imperam no processo alimentar de todos e todas. Há, por mais difícil que seja afirmar, uma contribuição à ação de invisibilidade das causas estruturais das desigualdades e iniquidades de gênero e raça da população brasileira.

Trata-se de uma lacuna de debate sobre "as causas das causas" das condições que levam à fome, à desnutrição ou a obesidade – e outras formas de violação do Dhana. Essas ausências constituem-se em uma estratégia de naturalização das desigualdades. Uma forma de agir que é perigosa, pois pode fortalecer a ideia equivocada de que o empreendedorismo e o esforço próprio são as soluções para a vida, quando aqueles que lutam cotidianamente para sobreviver não têm tempo e nem ânimo para exigir seus direitos. Quando o fazem, fazem de joelhos[1] – porque não se reconhecem como detentores de direitos, que podem exigir acesso a alimentos, água, moradia, transporte, segurança, trabalho ou renda. Torna-se assim uma busca por caridade, por ajuda ou pela ideia brilhante para tentar um negócio próprio. Uma perspectiva que se contrapõe à lógica do Dhana.

1 Referência a fala do bispo emérito de Goiás Dom Tomás Balduíno: "Direitos não se pede de joelhos, exige-se de pé". https://jornalistaslivres.org/direitos-nao-se-pede-de-joelhos-exige-se-de-pe.

Em comum, nas narrativas e expressões dos diferentes sujeitos e respectivos documentos, (des)encontramos as seguintes expressões sobre desigualdades e iniquidades nos sistemas alimentares/processo alimentar no Brasil:

- A perspectiva de titular do Dhana é pouco explorada no conjunto de documentos, mesmo entre aqueles oriundos de movimentos sociais e das conferências nacionais;
- O uso do termo "desigualdade" de forma generalizada e a ausência de análises sobre como o racismo estrutural impactam os dados atuais da fome e outras manifestações da IA. Há uma invisibilidade das diferenças impostas por área e localidade de moradia, raça e etnia, sexo e orientação/diversidade sexual.
- O debate sobre desigualdade de gênero, quando presente, é colocado na perspectiva das diferenças entre homens e mulheres. Também há restrição do debate de gênero ao aspecto homem-mulher, caracterizado a partir do sexo biológico, o que perpetua a invisibilidade com que as pessoas com outras identidades de gênero e orientação sexual estão expostas. Além disso, inexistem reflexões sobre o que é ser mulher em distintas fases da vida (meninas, jovens, adultas e idosas);
- Raça é uma informação que tende a ser colocada na perspectiva de cor da pele, sendo assim apresentada mais como um elemento de caracterização ou construção de uma fotografia descritiva da população do que como um aspecto explicativo para qualquer análise sobre sistemas alimentares ou relacionada ao tema da alimentação;
- No contexto de análise de movimentos sociais do campo, raça foi um termo mais recorrentemente associado aos povos e comunidades tradicionais residentes em áreas rurais. Não encontramos reflexões que trataram da perspectiva urbana e nem de pessoas negras moradoras das cidades;
- Não foram encontradas contribuições a partir de análise de classe social. O recorte de renda ou escolaridade – como *proxy* de informação indireto sobre rendimento – foram as estratégias mais adotadas para caracterizar aspectos de inserção social das pessoas. Em alguma medida, ainda de forma limitada, encontraram-se informações que relacionavam situação de trabalho.
- Mesmo em movimentos e articulações mais inclusivos e que adotam em suas narrativas a perspectivas de superação das desigualdades estruturais, como a de gênero, identificou-se a existência de obstáculos à efetiva integração de mulheres. Tal reflexão tem como origem análises de textos do campo da agroecologia, a partir dos quais também se percebeu insuficiência do debate racial.

5.

UM OLHAR QUANTITATIVO SOBRE DESIGUALDADES DE GÊNERO, RAÇA E CLASSE

A análise quantitativa descritiva foi realizada a partir do banco de dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018, o último inquérito nacional conduzido pelo governo federal com dados sobre a segurança alimentar (SA) e insegurança alimentar (IA) da população brasileira. A POF é conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A edição, com coleta de dados naquele biênio, contou com uma amostra de aproximadamente 68 mil famílias (IBGE, 2020). A pesquisa adotou a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (Ebia) para avaliar a SA e níveis de IA nos domicílios. Detalhamentos adicionais podem ser consultados no documento complementar "Notas metodológicas" (fianbrasil.org.br/notasmetod).

Incluímos esta análise com dados de 2017-2018 com objetivo de ilustrar, em números, como as desigualdades marcavam o cotidiano de brasileiros e brasileiras no período pré-pandemia. Infelizmente, estudos posteriormente publicados apontaram para piora no quadro de fome e outras formas de insegurança alimentar na população brasileira (Rede Penssan, 2021; 2022; Galindo *et al.*, 2021).

O que apresentamos aqui é uma seleção de alguns indicadores, referentes àqueles anos, de um conjunto mais amplo acessível na íntegra do documento (fianbrasil.org.br/RelatDesigualdades), inclusive em gráficos e tabelas.

5.1. VISÃO GERAL DAS CONDIÇÕES DE VIDA

(a). Dificuldades financeiras em domicílios chefiados por homens e mulheres

- 50,5% dos domicílios nos quais mulheres negras eram a pessoa de referência apresentavam dificuldade para aquisição de alimentos, enquanto para domicílios chefiados por homens brancos essa proporção foi de 23,2%.
- Famílias chefiadas por mulheres brancas vivenciam menores dificuldades financeiras, em geral ou para compra de alimentos, que lares chefiados por homens negros, indicando que a raça se sobrepõe à análise de gênero, neste caso de comparação entre brancos e negros.

(b).Acesso aos alimentos

- Mecanismos de solidariedade – como doação de alimentos – foram mais frequentes em domicílios chefiados por pessoas autodeclaradas negras. Entre os domicílios com negros como pessoa de referência, mais de 12% dos alimentos foram adquiridos por meio de doação;
- O acesso aos alimentos por meio de produção própria foi relatado por 5,2% dos domicílios brasileiros sem distinção no que se refere à raça da pessoa de referência da família.

(c).Condições de moradia

- Dentre os domicílios chefiados por mulheres negras 41,9% deles não tinham escoadouro de esgoto via rede geral, enquanto entre as mulheres brancas essa proporção foi de 24,4%.
- A condição de insalubridade[2] foi maior nos domicílios onde mulheres são a pessoa de referência. No entanto, essa diferença de gênero encontra-se muito próxima da margem estatística de erro amostral. Com relação à raça, observamos que os domicílios chefiados por mulheres negras apresentam ainda piores resultados deste indicador ao comparar com as famílias chefiadas por mulheres brancas.

2 O indicador de insalubridade de moradia considerou um conjunto de elementos, como problemas na fundação, espaço no domicílio, existência de goteiras e localização da residência em locais sujeitos à inundação ou deslizamento. Os fatores estão especificados no documento “Notas metodológicas” (fianbrasil.org.br/notasmetod).

5.2. RECORTE DE CLASSE SOCIAL

(a). A SA/IA em domicílios com pessoa de referência identificada como empregador, empregado e produção de renda por conta própria.

Do ponto de vista conceitual, o "empregador" é representante da classe capitalista, pois detém o controle dos meios de produção, o domínio sobre o processo de trabalho de terceiros, e aufere rendimentos do capital. Já o "empregado" pertence à classe trabalhadora e vive do trabalho e da sua remuneração. A categoria "conta própria", por sua vez, reúne um grupo específico de trabalhadores que não estão sujeitos ao controle dos capitalistas e cuja remuneração não decorre de salário. Essa categoria pode incluir profissionais autônomos e trabalhadores informais.

- A IA grave esteve presente em 7,7% dos domicílios em que a pessoa de referência relatou obtenção de rendimento por conta própria e em 5,4% dos domicílios onde a pessoa de referência é um(a) trabalhador(a) empregado(a). Entre os empregadores a IA grave não tem relevância estatística.
- 37,5% dos domicílios onde a pessoa de referência relatou ser empregado enfrentavam algum nível de IA.
- 13% dos domicílios de empregadores apresentaram algum grau de IA, sendo grande parte destes lares classificados como em IA leve, ou seja, com preocupação quanto à obtenção de alimentos no futuro.

(b). A SA/IA em domicílios segundo situação de trabalho da pessoa de referência: trabalho formal ou informal.

- 69,6% dos domicílios com pessoa responsável em situação de trabalho formal estavam em condição de SA. Nos domicílios chefiados por pessoa em situação de informalidade no mercado de trabalho este valor caiu para 53,4%.
- 9% dos domicílios com pessoa responsável em situação de trabalho informal vivenciaram a IA grave, ou seja, fome.

(c). A SA/ IA em domicílios segundo renda.

Quanto maior a renda, menor a frequência de IA

	ENTRE OS 10% MAIS POBRES	*ENTRE OS 10% MAIS RICOS*
Viviam em situação de IA	72,6%	8,8%
Viviam em IA grave (fome)	22,5%	Sem relevância estatística
Se declaram pardos ou pretos	74%	25%
Se declaram brancos	24%	75%

- Entre os 10% mais pobres no Brasil, 74% se autodeclararam pardos ou pretos (neste estudo agregados na categoria raça negra) e 24% se autodeclararam brancos. Essa proporção se reduz conforme a renda aumenta e se inverte para o caso dos 10% mais ricos, dos quais 75% autodeclararam cor da pele branca e 25% parda ou preta.
- Dentre os 10% mais pobres, os negros tendem a ser mais pobres do que os brancos, logo mais sujeitos à insegurança alimentar. Isso vale para toda distribuição até os 10% mais ricos. Outros fatores explicativos, não relacionados à renda, também podem elucidar essa diferença – por exemplo, a desigualdade na distribuição da riqueza, a existência de redes de apoio familiar, os pactos narcísicos da branquitude (Bento, 2022) e outros fatores relacionados ao racismo estrutural. Esses fatores, no entanto, não foram analisados nesta pesquisa, devendo ser objeto de futuros trabalhos.

5.3. RECORTE DE GÊNERO E RAÇA

- A IA foi mais frequente nos domicílios onde a pessoa de referência era uma mulher (41,6%), quando comparada aos domicílios chefiados por homens (33,2%).
- A IA estava presente em 45,6% dos domicílios onde negros ou negras eram a pessoa de referência, enquanto para o caso de domicílios chefiados por pessoas brancas esse valor foi de 26,1% em 2017-2018.
- A IA grave (fome) foi maior entre lares chefiados por pessoas autodeclaradas negras, quando comparada com prevalências de famílias chefiadas por pessoa branca. No entanto, **domicílios chefiados por mulheres negras**

apresentaram as maiores frequências de IA grave (9,5%), seguidos por lares chefiados por homens negros (6,7%), mulheres brancas (4,2%) e homens brancos (2,4%). Em 2017-2018, quando a pessoa de referência do domicílio foi declarada negra, a unidade familiar apresentava mais do que o dobro de frequência de IA grave dos domicílios chefiados por pessoa autodeclarada branca. A mesma tendência foi observada para as prevalências de IA leve e moderada, as quais foram também maiores entre domicílios chefiados por mulheres negras.

- A SA, ao contrário, foi maior entre lares chefiados por homens brancos (76,8%) em comparação aos que têm como pessoa de referência mulheres brancas (69,8%), homens negros (58,1%) e mulheres negras (49,5%).
- A intersecção de desigualdades de gênero e raça se manifesta em todas as regiões do território brasileiro, assim como nos espaços urbano e rural. Considerados os casos extremos, apenas 13,4% dos domicílios chefiados por homens brancos são marcados pela IA na Região Sul, enquanto 61,9% dos domicílios chefiados por mulheres negras na Região Norte estão sob essa condição.
- Os idosos apresentaram as maiores frequências de SA, provavelmente um resultado da seguridade social brasileira, cujo desenho é mais eficaz na proteção dos indivíduos pertencentes a essa faixa etária/ciclo da vida. Porém, a prevalência de idosos negros em situação de insegurança alimentar (38,7%) foi 18,6 pontos percentuais maior do que o valor encontrado para idosos brancos (20,1%). A fome (IA grave) atingia 5,5% dos(as) idosos(as) autodeclarados(as) negros(as), um valor quase três vezes maior do que a encontrada para idosos autodeclarados brancos (1,9%).
- A maior parte das crianças e adolescentes vivenciavam em 2017-2018 algum nível de IA. Se somarmos os níveis mais severos de IA (moderada + grave) chegamos a 25,2% das crianças e 25,9% dos adolescentes com restrição parcial ou severa aos alimentos. Crianças negras apresentaram o dobro de frequência da condição de IA grave – fome (12,6%), ao comparar com a frequência desta situação entre as crianças brancas (6,1%). Esse padrão de desigualdade racial se repete para adolescentes.
- Pessoas autodeclaradas negras relataram menor aquisição de frutas do que as brancas. Já para os legumes e verduras não houve diferença significativa. Aqui, no entanto, cabe ressalvar que a aquisição destes alimentos é muito baixa considerando todas as categorias de raça estudadas.
- Entre os domicílios que relataram aquisição de frutas e legumes/verduras o valor médio mensal gasto foi de R$ 68,55 para homens brancos, R$ 61,26 para domicílios chefiados por mulheres brancas, R$ 57,84 em domicílios

chefiados por homens negros e de R$ 53,14 em domicílios com mulheres negras como pessoa de referência. Ao considerar o valor médio gasto com frutas, legumes e verduras pelo total de domicílios brasileiros, por sexo e raça autodeclarada da pessoa de referência, verifica-se que a aquisição desses alimentos em domicílios chefiados por pessoas negras é sempre menor do que naqueles lares cuja referência é uma pessoa autodeclarada branca.

- Em relação aos produtos orgânicos, estes foram também mais consumidos por brancos do que por negros, embora representem uma parcela inferior a 1% da aquisição de alimentos dos brasileiros e brasileiras em geral.

Quer saber mais?

Leia o relatório completo e o detalhamento da metodologia em https://fianbrasil.org.br/desigualdades

ANÁLISE

AS DESIGUALDADES DE RAÇA, GÊNERO E CLASSE SOCIAL SOB A PERSPECTIVA DO DHANA

Nayara Côrtes Rocha – FIAN Brasil

Os termos **"não discriminação"** e **"igualdade"** talvez estejam entre os mais frequentemente mencionados nas principais normativas de direitos humanos (declarações, tratados, comentários gerais) como elemento central para a efetivação de tais direitos. O Comentário Geral 18 define que "A não discriminação, juntamente com a igualdade perante a lei e a igual proteção da lei sem qualquer discriminação, constitui um princípio básico e geral relacionado à proteção dos direitos humanos". Os dois termos mostram-se, atualmente, insuficientes para abarcar as (perversas) complexidades que têm se revelado no cotidiano de vida dos sujeitos detentores desses direitos, as pessoas.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi fundada após a Segunda Guerra Mundial e a revelação das atrocidades do Holocausto. Foi concebida como uma forma de colocar limites aos poderes hegemônicos e afirmar a humanidade, a dignidade – os direitos, enfim – de todas as pessoas, independentemente de suas origens, idades, das normas dos países onde viviam. Direitos que todos os seres humanos deveriam ter, simplesmente por serem parte da espécie humana. A criação da ONU carregava a missão de evitar que algo de tal magnitude de crueldade e perversidade pudesse acontecer, novamente.

Dessa história deve ter surgido a preocupação, refletida em muitas repetições, sobre a vedação e o enfrentamento às discriminações "de qualquer natureza": o entendimento de que a "desumanização" de determinados grupos – por exemplo, os "racializados", como foi o povo judeu – é um fator crucial de naturalização de violações de direitos humanos. Sem desconsiderar o contexto geopolítico daque-

la decisão nem desmerecer uma medida à altura de um evento inaceitável para a humanidade, vale mencionar que atrocidades absurdas foram cometidas contra povos africanos em momentos específicos e de forma contínua por séculos de escravização sem que fossem criadas declarações e organizações para proteger os direitos desses seres humanos.

A reflexão tem como objetivo jogar luz sobre o papel fundamental de que as discussões sobre racismo, sexismo e classicismo ocupem lugar de destaque nas lutas por direitos humanos. Para que, como sugere o presente relatório, desnaturalizem-se as violações vividas por pessoas negras, indígenas, mulheres e pessoas empobrecidas. A "discriminação" citada pelos documentos de direitos humanos – que se sugere que seja nomeada de forma mais concreta e contundente nas tipificações acima – é causa estrutural da maior ocorrência de violação de direitos dessas parcelas significativas da sociedade e da naturalização social que, por sua vez, viabiliza sua perpetuação.

O relatório ***Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares*** e o presente sumário convidam o campo de estudo e luta pelo **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)** a pensar esse direito com o olhar da desnaturalização das iniquidades, ou seja, das desigualdades produzidas e injustas. Mais do que isso, ao mencionar a "insuficiência de conhecer", ao sistematizar o olhar sobre raça, gênero e classe sob esse recorte, ele convida o campo da soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN) à transformação de suas perspectivas, propostas e ações de enfrentamento à fome, à obesidade e às demais consequências de violações do Dhana, trazendo para o centro as "causas das causas": o racismo, o sexismo e o classicismo, mais notadamente.

Nesse campo de conhecimento e atuação é histórica a defesa da **alimentação como direito** em contraposição à sua mercantilização. O reforço e a difusão da ideia de que o alimento é um **bem comum** (assim como a natureza) parece importante tanto sob a perspectiva de combater as diferenças e assimetrias de poder entre classes, raças e gêneros como no enfrentamento da caridade como a solução "natural" para a realização do Dhana das pessoas.

Esse entendimento se aproxima do princípio da **universalidade** dos direitos humanos, que pode ser invocado em contraposição à ideia absurda de meritocracia entre grupos que acessam recursos, oportunidades e vivências tão distintos. A própria "não discriminação" é um princípio para a realização dos direitos huma-

nos, junto com a equidade, a participação e a inclusão, a obrigação de prestar contas e o Estado de direito.

Na perspectiva dos direitos humanos, a realização desses direitos é responsabilidade da sociedade como um todo, mas são os Estados os portadores de **obrigação**. Isso se deve ao fato de que são eles os detentores dos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e da gestão dos recursos públicos capazes de fazer com que os direitos sejam respeitados e protegidos, e satisfeitos por todas as pessoas. Para isso, o Estado dispõe de prerrogativas que permitem reduzir desigualdades inerentes ao processo histórico de desenvolvimento de um país.

Na perspectiva das iniquidades de raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares apontadas, parece faltar aos campos da SSAN e dos direitos humanos ampliar a visibilidade das causas estruturais dessas desigualdades reiteradas, preencher a lacuna das "causas das causas", isto é, superar descrições generalistas e pouco expressivas sobre os temas em questão. É preciso enfrentar o debate da realização do Dhana de forma completa, trazendo as iniquidades e desigualdades não naturais na produção, acesso, consumo e usos dos alimentos.

O reconhecimento e a exposição do racismo, do sexismo e do classicismo explicita que as desigualdades foram produzidas por estruturas de poder. Cabe, portanto, ao Estado – quem supostamente deveria "gerenciar" o poder do povo – produzir saídas, com a participação da sociedade, para eliminar as causas das iniquidades, por meio de políticas públicas adequadas, no sentido mais amplo do adjetivo.

Refletir e propor políticas públicas que considerem o racismo, o sexismo e as desigualdades de renda e seus impactos para os cidadãos e cidadãs parece revolucionário nesse sentido. É "humanizar", dar rosto e ouvidos aos titulares de direitos mais frequentes de todas essas políticas. Parece óbvio, mas talvez precise deixar de ser para que se consiga olhar com mais cuidado para as formas de se fazer isso.

Nessa linha, destaca-se uma proposta robusta para a participação social, eixo central também nos dois campos: que se avaliem e revisem políticas públicas *com* e não meramente *para* indivíduos que vivenciam as opressões. É preciso que essas pessoas sejam de fato ouvidas e consideradas nos processos de decisão.

As análises e propostas apresentadas neste documento são, portanto, instrumentos para repensar e restabelecer, a partir de um olhar mais complexo e aprofundado, as lutas para o enfrentamento das desigualdades e iniquidades de raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares. O estudo nos provoca a nós, combatentes destas lutas, a começar nossos trabalhos de onde estamos e ampliá-los o quanto pudermos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BRASIL. **Lei nº 11.346, de 15 de Setembro de 2006**. *Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm.

COSTA, J. C.; JESUS, A. C. S.; JESUS, J. G. L.; MADRUGA, M. F.; SOUZA, T. N.; LOUZADA, M. L. C. Differences in food consumption of the Brazilian population by race/skin color in 2017–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 57, n. 1, p. 4, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2023057004000.

GALINDO, E. *et al.* **Working paper 4:** efeitos da pandemia na alimentação e na situação da segurança alimentar no Brasil. Berlim: Working Paper Series Food for Justice, 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.icict.fiocruz.br/sites/www.icict.fiocruz.br/files/PENSE_Saude%20Escolar%202015.pdf.

IBGE. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: análise da segurança alimentar no Brasil. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf. Acesso em 24 ago. 2022.

LEVY, R. B.; ANDRADE, G. C.; CRUZ, G. L.; RAUBER, F.; LOUZADA, M. L. C.; CLARO, R. M. *et al.* Três décadas da disponibilidade domiciliar de alimentos segundo a NOVA – Brasil, 1987–2018. **Revista de Saúde Pública**, v. 56, n. 75, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.11606/s1518-8787.2022056004570.

MALTA, D. C. *et al.* A pandemia da COVID-19 e as mudanças no estilo de vida dos brasileiros adultos: um estudo transversal, 2020. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, v. 29, n. 4, p. e2020407, 2020. Disponível em: http://dx.doi.org/10.1590/s1679-49742020000400026.

MS. **Vigitel Brasil 2006-2021**: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica do estado nutricional e consumo alimentar [...]. Brasília: 2022. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/vigitel_brasil_2006-2021_estado_nutricional.pdf.

PAGLIAI, G., DINU, M., MADARENA, M. P.; BONACCIO, M.; IACOVIELLO, L.; SO F. Consumption of ultra-processed foods and health status: a systematic review and meta-analysis. **British Journal of Nutrition**, v. 125, n. 3, p. 308-18, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.1017/S0007114520002688.

PARANHOS, R. *et al.* Uma introdução aos métodos mistos. **Sociologias**, v. 18, n. 42, p. 384-411, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1590/15174522-018004221.

PASSOS, C. M.; MAIA, E. G.; LEVY, R. B.; MARTINS, A. P. B.; CLARO, R. M. Association between the price of ultra-processed foods and obesity in Brazil. **Nutrition, Metabolism and Cardiovascular Diseases**, v. 30, n. 4, p. 589-598, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.numecd.2019.12.011.

REDE PENSSAN. **Vigisan**: inquérito nacional sobre insegurança alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no brasil. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/pesquisa2020.

REDE PENSSAN. **II VIGISAN**: II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. Relatório final. São Paulo: FES Brasil; Rede Penssan, 2022. Disponível em: https://olheparaafome.com.br.

SALLES-COSTA, R.; SEGALL-CORRÊA, A.; ALEXANDRE-WEISS, V. P.; PASQUIM, E. M. *et al.* Rise and fall of household food security. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 39, n. 1, p. e00191122, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.1590/0102-311XEN191122.

SANTOS, F. S.; DIAS, M. S.; MINTEM, G. C.; OLIVEIRA, I. O.; GIGANTE, D. P. Food processing and cardiometabolic risk factors: a systematic review. **Revista de Saúde Pública**, v. 54, p. 70, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/rsp/article/view/173245.

UFRJ. Biomarcadores do estado de micronutrientes: prevalências de deficiências e curvas de distribuição de micronutrientes em crianças brasileiras menores de 5 anos 3. *In*: UFRJ. **ENANI 2019**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios. Acesso em out. 2022.

UFRJ. Estado nutricional antropométrico da criança e da mãe: prevalência de indicadores antropométricos de crianças brasileiras menores de 5 anos de idade e suas mães biológicas. *In*: UFRJ. **ENANI 2019**. Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: https://enani.nutricao.ufrj.br/index.php/relatorios. Acesso em out. 2022.Equidade e saúde em pauta.

EQUIDADE E SAÚDE EM PAUTA

Este estudo integra o projeto **"Equidade e saúde nos sistemas alimentares"**, que a FIAN Brasil está concluindo. A iniciativa foi pensada para contribuir com o debate sobre as desigualdades em todas as etapas do processo alimentar – como produção, comercialização, consumo –, bem como para seu enfrentamento.

Em outro eixo do projeto, realizamos dois estudos de caso sobre o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) em escolas indígenas. A partir de trabalho de campo em Caarapó (MS) e em Tabatinga (AM), a equipe buscou aprofundar a compreensão dos dilemas, soluções e barreiras enfrentadas pelas comunidades. Cada realidade local está retratada em publicações e num minidocumentário, disponíveis no nosso *site*.

A ideia é que o conhecimento produzido embase estratégias para incidir nas compras públicas, aquelas realizadas por organizações do Estado. O chamado mercado institucional pode dar lastro a uma série de políticas – por exemplo, garantindo a oferta de alimentos adequados em escolas e outros ambientes; e adquirindo a produção agrícola de indígenas, quilombolas e assentados/as.

A atuação de incidência da FIAN Brasil acontece em parceria com uma série de organizações e movimentos, sobretudo a partir de redes e coalizões, como o Observatório da Alimentação Escolar (ÓAÊ) e a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.

A equipe participou também da elaboração de documentos políticos coletivos buscando a adesão de candidatos e candidatas à plataforma da comida de verdade, baseada na agricultura familiar, na agroecologia, no comércio justo e nos alimentos *in natura*. Outra frente tem sido a incidência no Congresso Nacional e no Executivo federal.

Entre os conteúdos de comunicação produzidos está uma série de animação que retrata, com humor, a captura corporativa dos sistemas alimentares. Ela poderá ser acessada no *site* da FIAN. E, com base no presente estudo, propusemos uma oficina para jornalistas.

O olhar sobre as desigualdades nos sistemas alimentares e os conflitos de interesse, assim como o acompanhamento das compras públicas (em especial no Pnae), seguirão no centro de nossas atividades em 2024 e 2025.

SOBRE A FIAN

A FIAN Brasil – Organização pelo Direito Humano à Alimentação e à Nutrição foi fundada em 26 de agosto de 2000. Com sede em Brasília, é uma seção da FIAN Internacional, atuante em mais de 50 países

Temos como missão contribuir para um mundo livre da fome e da má nutrição, no qual cada pessoa possa desfrutar plenamente dos seus direitos humanos, em particular o **direito humano à alimentação e à nutrição adequadas (Dhana)**, com dignidade e autodeterminação.

Entendemos o Dhana como a garantia de que todos os seres humanos possam usufruir de sistemas alimentares soberanos e regenerativos em que prevaleçam a **soberania e segurança alimentar e nutricional (SSAN)** em todas as suas dimensões, a autonomia dos povos, os direitos das mulheres e o respeito às diferenças étnicas e raciais, bem como, em última análise, o usufruto de todas as potencialidades da vida humana.

Para nós, esse direito só se realiza se houver respeito aos sujeitos de direito, aos demais seres vivos deste planeta e à democracia. A ideia da **comida de verdade** é uma bandeira que se liga a toda essa compreensão.

Atualmente, acompanhamos sistematicamente a luta dos povos indígenas Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul (MS) e a dos geraizeiros do Território Tradicional do Vale das Cancelas (MG), ao lado de organizações com base nas duas regiões e das que representam essas populações.

SIGA COM A GENTE NESTA CAMINHADA!

fianbrasil.org.br

Inscreva-se no nosso canal!
youtube.com/FIANBrasil

Baixe e leia de graça!
fianbrasil.org.br/biblioteca

Siga a gente!
facebook.com/FIANnoBrasil
instagram.com/fianbrasil

Este sumário traz os principais dados e análises do livro ***Prato do Dia: Desigualdades. Raça, Gênero e Classe Social nos Sistemas Alimentares***, que compila os resultados de estudo conduzido em 2022 e 2023.

A investigação mostra como as **iniquidades** (as desigualdades injustas e produzidas pela sociedade) contribuem para as diversas violações do **direito humano à alimentação e nutrição adequadas (Dhana)** vivenciadas por brasileiras e brasileiros.

Nossa expectativa é **desnaturalizar** e retirar da invisibilidade os impactos de mecanismos estruturantes como o sexismo, o racismo e o classicismo, de forma a contribuir com a construção de um Brasil sem injustiças sociais e com direitos humanos plenamente realizados.

O estudo integra o projeto **"Equidade e saúde nos sistemas alimentares"**, que a FIAN Brasil está concluindo. A iniciativa foi pensada para contribuir com o debate sobre as desigualdades em todas as etapas do processo alimentar – como produção, comercialização, consumo – e com o seu enfrentamento, especialmente por meio das compras públicas.

ACESSE O RELATÓRIO, O SUMÁRIO E OUTROS DOCUMENTOS RELACIONADOS:

fianbrasil.org.br/desigualdades

FIAN BRASIL

Financiamento:

Global Health Advocacy Incubator

Brot für die Welt

misereor
GEMEINSAM GLOBAL GERECHT